

Malan garante que ajuste fiscal não 'engessa' próximo presidente

Ministro argumenta que superávit fiscal estava previsto em lei, aprovada até pela oposição

LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – As metas para as contas públicas fixadas no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para os próximos três anos não amarram o próximo governo, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo ele, as assessorias econômicas dos principais candidatos à presidência reconhecem que é necessário gerar por vários anos o superávit primário (receitas menos despesas, antes do pagamento de juros) de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano – cerca de R\$ 53 bilhões – para controlar o crescimento da dívida pública.

“Estamos respeitando a meta já assumida pelo Congresso para 2003 e agora refletida neste acordo”, disse Malan, referindo-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “A LDO foi aprovada com o amplo apoio dos partidos, inclusive da oposição”, acrescentou.

Para 2004 e 2005, a meta de superávit primário proposta ao Fundo é de no mínimo 3,75% do PIB para todo o setor público (União, Estados, municípios e estatais). O ministro acredita que as duas metas são suficientes para estabilizar a relação entre o endividamento público e o PIB, hoje em 58%. Malan não informou as projeções feitas no acordo com o FMI para a relação dívida-PIB, pois esses detalhes ainda es-

tão sendo definidos. A relação dívida-PIB é um dos principais indicadores da saúde financeira do governo.

Depois de confirmar que o novo acordo não precisa ser assinado pelos candidatos, Malan cobrou novas manifestações favoráveis dos presidenciáveis à meta fiscal. Sem citar nomes, leu uma frase da “Carta ao povo brasileiro”, divulgada pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 22 de junho último. O texto diz: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”.

Malan lembrou que essas metas poderão ser alteradas no âmbito das revisões trimestrais do

acordo. “À luz das taxas reais de juro, câmbio e crescimento da economia, vamos reavaliar o esforço necessário nas contas públicas para manter em declínio a trajetória do endividamento público”.

Por enquanto, o acordo prevê que o projeto da LDO de 2004, a ser encaminhada aos congressistas pelo novo governo em abril próximo – portanto ainda durante a vigência do novo acordo, caso seja aceito pelo presidente eleito em outubro –, confirme a meta de superávit primário de pelo menos 3,75% do PIB, que está apenas sinalizada na LDO de 2003. Para 2005, o mesmo procedimento seria repetido.

O ministro do Planejamento, Guilherme Dias, disse que a proposta do Orçamento da União de 2003, exigirá um “razoável ajuste nas despesas.”

SERÁ
NECESSÁRIO
AJUSTE NO
ORÇAMENTO